



ANÁLISE DOS ODS REPORTADOS NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS DO SETOR DE ALIMENTOS PROCESSADOS DA 18ª CARTEIRA ISE B3

SUSTAINABILITY REPORTS AND SOCIO-ENVIRONMENTAL INDICATORS: CONTENT ANALYSIS OF MANAGEMENT REPORTS FROM B3 LISTED COMPANIES IN THE PULP AND PAPER SECTOR

Giovana Hitomi Suyama¹
Filipe da Silva Santos²
Juliane Campoe Correa³

RESUMO

O objetivo deste estudo consistiu em analisar os relatórios de sustentabilidade das empresas incluídas na 18ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, no segmento de alimentos processados, e verificar sua conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Neste sentido, a pesquisa se qualifica como qualitativa e empregou a metodologia de Bardin (2016) para análise de conteúdo. Com base no estudo realizado, constatou-se 4 variações em relação às nomenclaturas dos relatórios de sustentabilidade entre as empresas analisadas. E, em relação a divulgação, concluiu-se que as empresas de alimentos processados priorizam amplamente a divulgação de certos ODS, com uma taxa de 100%, incluindo os ODS 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15 e 16. Por outro lado, os ODS menos divulgados, mencionados por metade das empresas, são os ODS 4, 14 e 17. Com a finalidade de investigar e esclarecer as razões subjacentes para a priorização desses ODS, foram levantados os seguintes fatores: relevância setorial; impacto direto na produção; e impactos ambientais. Além disso, as empresas têm a oportunidade de reduzir sua carga tributária ao contribuírem para a Agenda 2030 da ONU e adotarem práticas de EESG, alinhando-se assim às expectativas de seus *stakeholders*.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Agenda 2030; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Setor de alimentos processados.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the sustainability reports of companies included in the 18th portfolio of the B3 Corporate Sustainability Index (ISE), in the processed food segment, and verify their compliance with the UN Sustainable Development Goals (SDGs). In this sense, the research qualifies as qualitative and used Bardin's (2016) methodology for content analysis. Based on the study carried out, 4 variations were found in relation to the nomenclature of the sustainability reports among the companies analyzed. Regarding disclosure, it was concluded that processed food companies largely prioritize the disclosure of certain SDGs, with a rate of 100%, including SDGs 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15 and 16. On the other hand, the least disclosed SDGs, mentioned by half of the companies, are SDGs 4, 14 and 17. In order to investigate and clarify the underlying reasons for prioritizing these SDGs, the following factors were raised: sectoral relevance; direct impact on production; and environmental impacts. In addition, companies have the opportunity to reduce their tax burden by contributing to the UN 2030 Agenda and adopting EESG practices, thus aligning themselves with the expectations of their stakeholders.

Keywords: Sustainability; 2030 Agenda; Sustainable Development Goals; Processed food sector.

¹Graduada em Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Maringá - Campus Regional de Cianorte (UEM- CRC), email: giovanahitomisuyama@gmail.com

² Mestre em Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Maringá - Campus Regional de Cianorte (UEM-CRC), email: fssantos2@uem.br

³Mestre em Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Maringá (UEM), email: jccorrea2@uem.br



1. INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, marca o início dos esforços internacionais para abordar questões ambientais (ONU, 2020). Desde então, vem promovendo conferências pautadas na sustentabilidade (SANTOS, 2012). O relatório intitulado "*Our Common Future*", a assinatura do Protocolo de Kyoto e a Agenda 2030, delineando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas, são avanços com vistas em erradicar a condição de pobreza, preservação da integridade ambiental e climática, bem como fomentar a paz e a prosperidade universal em todas as regiões do globo terrestre (ONU, 2020).

Diante do aumento de fatores de produção e ruptura de fronteiras territoriais pela globalização, as empresas são pressionadas quanto a assuntos socioambientais (COSENZA, 2012). Nessa perspectiva, surge os investimentos que integrem a tendência para o contexto das empresas, são o *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG); *Economic, Environmental, Social and Governance* (EESG); e as Responsabilidades Sociais Corporativa (RSC) (FAVARETTO, 2020; NETO *et al.*, 2022).

Nesse sentido, a Bolsa de Valores de São Paulo instituiu o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) com o propósito de listar as empresas brasileiras que se destacam na temática de sustentabilidade (TEIXEIRA *et al.*, 2011). Em sua 18ª carteira, o ISE constitui-se por 67 companhias, pertencentes a 27 setores (ISEB3, 2023). Destas, 4 empresas integram o setor de alimentos processados (ISEB3, 2023). O setor brasileiro de produção e exportação de alimentos processados ocupa uma posição de destaque e desempenha um papel relevante na economia do país, contribuindo com 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB) (ABIA, 2023).

Além disso, o Brasil é reconhecido como o segundo maior exportador global de alimentos industrializados em termos de volume (ABIA, 2023). Este setor, que se caracteriza como uma indústria de bens *tradables*, interage com diversos canais como os varejistas, atacadistas, operadores de serviços alimentícios e outras empresas de processamento de alimentos (USDABRAZIL, 2017). Frente a essa realidade, os investimentos de caráter sustentável, em conjunto com os ODS, constituem bases fundamentais para a concretização de ações sustentáveis (ISE, 2021).



Para tanto, os relatórios de sustentabilidade oferecem informações pormenorizadas acerca dos impactos das atividades e relações comerciais de uma organização nos domínios econômico, ambiental, social e de direitos humanos (GRI, 2021). Dado ao contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Quais informações as empresas do setor de alimentos processados, listadas na 18ª carteira ISE da B3, estão divulgando em seus relatórios de sustentabilidade que estejam em conformidade com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU?

Para respondermos à questão que guia essa pesquisa elencamos o objetivo geral do estudo, que consiste em analisar as informações socioambientais divulgadas pelas empresas do setor de alimentos processados que integram a 18ª carteira ISE da B3, alinhadas com a Agenda 2030 e os ODS estabelecidos pela ONU. Esta pesquisa delimita-se à análise da consonância das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade de quatro empresas atuantes no setor de alimentos processados, as quais integram a 18ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos na Agenda 2030.

Quanto à contribuição do trabalho, no tocante aos *stakeholders* do setor analisado, o estudo oferece informações que podem embasar possíveis tomadas de decisões, dado o levantamento do *disclosure* socioambiental das empresas de alimentos processados e seu alinhamento com a Agenda 2030. Do ponto de vista acadêmico, a relevância reside na contribuição de um assunto que está longe de se esgotar, uma vez que as questões sociais e ambientais não são efêmeras, além servir como incentivo para pesquisas adicionais que sigam a mesma linha de investigação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

A contabilidade é uma ciência social aplicada com fundamentação epistemológica, que tem como objeto de estudo o patrimônio de um ente (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999). Entende-se como patrimônio todos os aspectos quantitativos e qualitativos e suas variações (CFC, 2021). Seu objetivo básico é o fornecimento de informações úteis para os diversos usuários da informação, afim de



propiciar auxílio na tomada de decisões gerenciais e por investimentos (IUDÍCIBUS, 2021).

Segundo Iudícibus (2021), a contabilidade sob a óptica pragmática, proverá aos usuários informações de natureza econômica, financeira e física relativas às mutações patrimoniais, por meio de registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos. Os interessados nas informações contábeis, também nominados de *stakeholders*, têm um papel relevante nas escolhas realizadas pela contabilidade (NIYAMA e TIBÚRCIO, 2021).

Para Hendriksen e Van Breda (1999) os *stakeholders*, são classificados como internos e externos. Os *stakeholders* internos são os que estão inseridos na empresa com interesses de obtenção de informações para tomada de decisões gerenciais (IUDÍCIBUS, 2021). Os externos são aqueles que não fazem parte diretamente da administração da organização, mas se utilizam das demonstrações contábeis e financeiras para tomada de decisões de investimentos, concessão de créditos, relações com fornecedores, fiscalização e regulamentação por parte do governo (OCPC 09, 2014).

A contabilidade não se detém apenas aos aspectos da informação contábil e financeira, mas também aos aspectos sociais e de sustentabilidade (IUDÍCIBUS, 2021). De tal forma, confere um caráter simbiótico de colaboração e informação, passando por constantes mutações oriundas das requisições da sociedade e de todos os interessados, eventualmente transformando como se dão as relações na sociedade gerando impactos ambientais e sociais (FLORES, BRAUNBECK e CARVALHO, 2018).

As empresas, particularmente aquelas cujas atividades resultam em degradação do meio ambiente, enfrentam uma crescente pressão provinda tanto do mercado quanto da sociedade, ao longo das últimas décadas, sob pressão, estas têm se conscientizado sobre as responsabilidades ambientais (RIBEIRO, 2010). Como resultado, essas organizações são chamadas a adotar e alinhar-se com políticas destinadas ao controle, preservação e restauração do ambiente natural (COSENZA, 2012). A implementação dessas políticas desempenha um papel crucial para assegurar a continuidade dos negócios empresariais (SANTOS *et al.*, 2001).

Incidem sobre as empresas a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), está por sua vez é um conceito dinâmico que irá envolver as preferências e prioridades sociais (RIBEIRO, 2010). Na perspectiva das questões sociais atualmente enfrentadas,



a desigualdade social, propiciou novos movimentos que levaram ao curso do empreendedorismo social ou empreendedorismo ético. As organizações passaram a adotar um modelo de gestão democrática e participativa, visando o bem-estar de seus colaboradores e o equilíbrio social (NETO *et al.*, 2022).

Segundo Elkington (2012) o lucro é um meio e não um fim. E, portanto, as entidades devem conciliar as preferências e prioridades de seu público, com o objetivo de atender às expectativas relacionadas ao mercado, à gestão de recursos humanos e à conservação do meio ambiente (ELKINGTON, 2012). A aplicação dessa responsabilidade deve englobar desde a redução ou eliminação dos efeitos prejudiciais inerentes ao processo produtivo até a preservação dos recursos naturais (NETO *et al.*, 2022). Além disso, essa abordagem não deve se limitar apenas ao cumprimento das obrigações legais, incluindo a adoção de tecnologias de baixa emissão de poluentes e a divulgação regular das atividades, o que torna as operações transparentes e orientadas para o bem-estar social (RIBEIRO, 2010).

Perante as pressões sociais voltadas às preocupações do desenvolvimento sustentável, surgem os chamados investimentos *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG); *Economic, Environmental, Social and Governance* (EESG); e por fim, a norma Responsabilidade Social Corporativa (RSC), instituído pela *International Organization for Standardization* (ISO). Os termos ESG, EESG e a norma RSC a serem tratadas na próxima seção do estudo, ganharam holofote nos últimos anos e seguem a tendência do comportamento dos consumidores e investidores atentos à contínua degradação ambiental (FAVARETTO, 2020; NETO *et al.*, 2022).

2.2 ESG, EESG, RSC (AGENDA 2030 E ODS DA ONU)

Com a percepção de ir além da *performance* econômica da empresa, Elkington (2012) definiu dimensões a serem avaliadas no desempenho de uma empresa. Estes pilares são constituídos pelo enfoque na prosperidade econômica, qualidade ambiental e na justiça social, ao passo que tal abordagem denomina-se como *Triple Bottom Line* (TBL) (ELKINGTON, 2012). A linha do pilar econômico, dimensão mais familiar e visionada pelas empresas é voltada ao lucro, avalia a sustentabilidade do capital financeiro, físico, humano e intelectual das organizações (ELKINGTON, 2012).



O pilar ambiental visa o capital natural. Este por sua vez subdivide em duas categorias: (i) o capital natural crítico, que engloba os recursos naturais essenciais para a sobrevivência e o bem-estar das sociedades, os quais não podem ser facilmente substituídos ou regenerados em um período de curto prazo; e (ii) o capital natural renovável ou substituível, que se refere aos recursos naturais que possuem a capacidade de se regenerar ou serem substituídos ao longo do tempo (ELKINGTON, 2012).

Por fim, o pilar social constitui uma dimensão igualmente crucial na perspectiva da sustentabilidade. Para Elkington (2012) esse pilar centra-se nas variáveis sociais que afetam o bem-estar das comunidades e dos indivíduos. Esta dimensão se relaciona na forma de: saúde, que envolve o acesso a cuidados adequados e a promoção da saúde; as habilidades, referindo-se aos conhecimentos e competências que capacitem as pessoas a participar de forma eficaz na economia e na sociedade; e a educação, que desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos bem-informados e na promoção do desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2012).

Desde que Elkington cunhou o termo do TBL em 1994, um trabalho disruptivo para os profissionais de sustentabilidade, o qual dele surgiu ramificações como o famoso ESG, o autor constatou, após 25 anos, a necessidade de realizar um *recall*. Por notar que o TBL foi reduzido a uma mera ferramenta contábil, em que as empresas utilizaram de uma mentalidade de *trade-off* e não foi exercido o que a abordagem do trabalho se propôs, trazer reflexões quanto o capitalismo e seu futuro e a equidade das dimensões ambiental, social e econômica (ELKINGTON, 2018).

No que tange eventos que impactam a conjuntura socioeconômica, Taleb (2005), introduziu o termo Cisnes Negros para se referir a estes eventos, cujo sua ocorrência seja pouco provável e imprevisível. O Cisne Negro é denominado como um *outlier*, ou seja, sobressai expressivamente dos demais dados, além de causar um impacto severo. Após a sua ocorrência, a natureza humana formula explicações para o seu acontecimento, de forma que se torna explicável e previsível (TALEB, 2005).

Em seu *recall*, Elkington (2020) traz o conceito dos Cisnes Verdes. O autor designou a este termo a concepção de uma solução sistêmica para os desafios globais que eleva o avanço sustentável a uma escala exponencial, por consequência a um capitalismo regenerativo, uma contrapartida aos Cisnes Negros. Agregando ao



arcabouço do movimento sustentável uma nova ideia a ser entendida e debatida (KRAAIJENBRINK, 2022).

Os fatores trabalhados por Elkington que contribuíram e originaram o ESG, um resumo das dimensões e uma estratégia de investimento que contempla, não apenas os relatórios financeiros, mas também como a empresa se posiciona frente a essa nova vertente. Não obstante, aos demais investimentos tradicionais que visam os retornos financeiros, o investimento ESG também visa principalmente as expectativas dos fluxos de caixa futuros das empresas (FAVARETTO, 2020). O ponto que discerne o ESG é a busca de fatores não tradicionais que agreguem valor (NETO *et al.*, 2022).

Segundo Neto *et al.* (2022), as vertentes não tradicionais trazidas e incorporadas nos investimentos ESG, são as análises Ambientais, Sociais e de Governança. É conferido à vertente Ambiental, todos os impactos ao meio ambiente, como os riscos de mudança climática, poluição, gerenciamento de resíduos e fornecimento de água e matéria prima. Na vertente Social, abrange o bem-estar do colaborador, a relação de saúde e segurança do trabalho e da rede de fornecedores e parceiros (NETO *et al.*, 2022). Por fim, a Governança irá compreender a remuneração dos executivos, direitos dos acionistas, ética empresarial e a transparência nos relatórios divulgados pela empresa (FAVARETTO, 2020).

De acordo com a análise conduzida por Neto *et al.* (2022), ao examinar o contexto político, econômico e demográfico do Brasil, foi constatado que a incorporação de práticas alinhadas aos princípios ESG não apenas estabelece, mas também sustenta vantagens competitivas adicionais para investidores que operam nesse cenário geográfico em específico. Esse processo, por sua vez, resulta na criação de valor e, conseqüentemente, em um desempenho mais resiliente das ações (RIBEIRO, 2010).

Segundo Favaretto (2020), a sigla em questão que ganhou os meios midiáticos e da academia, deveria ter em adição mais uma letra “E” de econômico, para representar de forma apropriada, agregando os aspectos da economia e como ela se relaciona e impacta as demais esferas (sociais, ambientais e de governança). Isto posto, com mais um acréscimo do apócrifo, o ESG passaria a ser *Economic, Environmental, Social and Governance* (EESG).

A norma internacional de Responsabilidade Social Corporativa ou Responsabilidade Social Empresarial, instituída pela ISO 26000, estabelece diretrizes



e orientações para as organizações em sua integralização das considerações sociais, ambientais e de governança. Tal norma, delineia o compromisso contínuo de uma organização em operar de maneira transparente, ética e promover o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que avalia os efeitos de suas ações sobre indivíduos, a sociedade e o meio ambiente, pautada na responsabilidade social a ela incumbida (ISO 26000, 2010).

Conforme instituído pela ISO 26000 (2010), a responsabilidade social denomina-se como a responsabilidade de uma organização frente aos impactos por ela causados, seja em suas decisões e atividades exercidas na sociedade e no meio ambiente, praticada mediante a um comportamento ético e transparente, afim de mitigar estes impactos. A norma define como método de avaliação e de gestão o processo *due diligence*. Neste processo engloba a identificação, prevenção, mitigação e comunicação transparente dos impactos sociais, ambientais e econômicos das operações (ISO 26000, 2010).

Em vista de alcançar um desenvolvimento sustentável, foi realizada em 1972 a Conferência de Estocolmo, na Suécia, a qual reuniu diversos chefes de estado e é considerada o primeiro grande evento com porte internacional voltado às problemáticas ambientais (BRASIL. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2003). A partir da publicação do relatório “*Our Common future*” da Comissão Brundtland, em 1987, estabeleceu o conceito de desenvolvimento sustentável, que atribuiu ao termo a capacidade de atender as necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras, para além disso, evidenciou o comprometimento com a igualdade e a igualdade entre as gerações (ELKINGTON, 2012; ONU, 2020).

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, em 1992, chefes de estados membros da ONU reuniram-se novamente para a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, denominada como Rio-92 ou Cúpula da Terra, sediada no Rio de Janeiro (ONU, 2020). Foi na RIO-92 que se adotou a “Agenda 21” um diagrama para a proteção do planeta, no qual delineia o crescimento econômico menos consumista e harmônico ao equilíbrio ecológico. Outro grande marco foi o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, acordo que estipula metas obrigatórias para países industrializados a reduzirem as emissões de gases estufa (ONU, 2020).



Por seguinte, ocorreram durante os últimos anos, reuniões pautadas nessa discussão, entre elas se destaca a Agenda 2030, simbólico avanço para o tema, criada em 2015 em Nova York, na sede da ONU. A Cúpula estabeleceu neste encontro novos objetivos, os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com prazo para 2030 (ONU, 2020). A Agenda 2030 consiste em um plano de ação global, com 169 metas e 17 objetivos para se alcançar o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental (ONU, 2015). A Figura 01 descreve os 17 objetivos a serem trabalhados e alcançados na Agenda 2030 no Brasil.



Figura 01 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU

Fonte: ONU (2020)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem um apelo global à ação, com o intuito de eliminar a pobreza, preservar o meio ambiente e o clima, e promover a paz e a prosperidade para todas as pessoas, em todos os cantos do mundo. São essas as metas presentes na Figura 01 que a Organização das Nações Unidas se empenha em alcançar, com o objetivo de concretizar a Agenda 2030 no Brasil (ONU, 2020).



2.3 ESTUDOS CORRELATOS

Dado o contexto sobre a crescente pressão social exercido pela sociedade em geral, para que as empresas adotem práticas socialmente responsáveis, financeiramente sustentáveis e ambientalmente corretas (ONU, 2020) essa seção vislumbra investigar o estado da arte, em pesquisas já elaboradas. O intuito dessa seção, é perceber até que ponto os pesquisadores já investigaram empiricamente conceitos de ESG, EESG e RSC.

O estudo de Calixto (2013) visionou investigar as informações socioambientais divulgadas nos relatórios anuais e relatórios específicos das companhias latino-americanas em consonância com as diretrizes voluntárias de divulgação socioambiental recomendadas pela *The Global Reporting Initiative* (GRI). Como resultado identificou que, as organizações estabelecidas no Brasil são as que mais destacam o tema nos seus relatórios. A explicação para este achado de pesquisa, se dá por intermédio de várias influências, incluindo a mobilização do setor empresarial em relação a questões socioambientais, bem como o apoio de organizações não governamentais (ONGs) dedicadas à disseminação desse tema.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, juntamente com outras entidades como IBASE e GIFE, desempenhou um papel crucial na promoção e na capacitação das empresas brasileiras em relação a essas iniciativas (CALIXTO, 2013). De acordo com Calixto (2013), os relatórios de sustentabilidade são elaborados com o intuito de atender às necessidades de diversos grupos de *stakeholders*. Para Calixto (2013) ainda que essa prática esteja em estágio inicial nos relatórios das organizações estabelecidas na América Latina, a interação com os *stakeholders* tem se configurado como uma ação justificável para as empresas que almejam uma maior proximidade com seus públicos-alvo.

Os reportes de cunho ambiental das empresas mundiais em detrimento das metas previstas na Agenda 2030, segundo a pesquisa de Ramalho e Oliveira (2021), majoritariamente, divulgam em conformidade com a agenda, aponta ainda, a crescente intenção em responder às necessidades relacionadas ao desenvolvimento sustentável. A mostra é composta por 20 empresas classificadas entre as 100 empresas mais sustentáveis do mundo em 2020, conforme o ranking apresentado pela *Corporate Knights*.



O recorte da pesquisa delimitou as informações de natureza ambiental, atribuiu quatro pilares para a sua análise e constatou elevados níveis de divulgação em indicadores associados à eficiência no uso da água e da energia, bem como à gestão de resíduos nas organizações. No entanto, indicadores relativos à reciclagem e reutilização da água, à utilização de fontes de energia renovável e à gestão de substâncias prejudiciais à camada de ozônio demonstraram uma baixa divulgação. Quanto às emissões de gases de efeito estufa, estas foram divulgadas em um grau considerado razoável (RAMALHO e OLIVEIRA, 2021).

Cristófaló *et al.* (2016) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo tangente a evidenciação de uma existência de correlação positiva entre a classificação de uma empresa como sustentável, com base na inclusão de sua participação na carteira ISE, e sua performance financeira no mercado acionário. A realização do estudo contou com a análise de um grupo de oito empresas pertencentes a quatro ramos de atuação distintas, integrantes e não integrantes do índice ISE entre 2006 e 2014.

O resultado da pesquisa indicou que as empresas incluídas na carteira ISE, dos setores bancário e petroquímico demonstraram um desempenho superior em comparação às empresas que não integravam esse índice. No segmento bancário, a diferença na volatilidade chegou a 13,94%, enquanto no setor petroquímico, a diferença na valorização atingiu 4,53%. Contudo, observou-se uma tendência oposta nos setores de energia elétrica e papel e celulose. Isso posto, o trabalho foi inconclusivo na evidenciação de uma relação de práticas sustentáveis e a valorização ou volatilidade das ações das empresas no mercado financeiro (Cristófaló *et al.*, 2016).

Furlan *et al.* (2022) produziu um trabalho voltado a evidenciar o que as empresas do setor de energia listadas na 16ª Carteira ISE B3 divulgam em seus relatórios de sustentabilidade, que estão colaborando com os 17 Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Em seu achado constatou que há 9 empresas de energia listadas na carteira, dentre estas empresas da amostra, observou divergências em relação a nomenclatura dos relatórios de sustentabilidade, variando entre Relatório Anual, Relatório de Sustentabilidade e Relato Integrado, contudo, todas seguem a mesma estrutura em conformidade às Normas GRI.

As empresas estudadas do setor de energia, divulgam pelo menos 5 ODS, correspondente a 29% do conjunto total, ademais, ao menos 3 empresas do setor divulgam um comprometimento com a totalidade dos 17 objetivos. Os ODS observados



nas empresas e por elas mais priorizados foram: Energia Acessível e Limpa; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Cidades e comunidades sustentáveis; Ação contra a mudança global do clima; Trabalho decente e crescimento econômico; e Vida terrestre. Ao término da pesquisa conduzida por Furlan *et al.* (2023) foi possível concluir que as empresas do setor de energia analisadas demonstram um engajamento substancial em relação à adoção de práticas sustentáveis.

A influência dos indicadores econômico-financeiros e autuações no *disclosure* ambiental das empresas listadas na B3 e que foram autuadas pelo IBAMA entre o período de 2014 a 2017, tema de estudo por Soares e Stupp (2019). Observou-se que a divulgação de informações ambientais não está necessariamente relacionada ao montante das autuações recebidas. Em outras palavras, empresas que demonstram um alto grau de reporte de cunho ambiental frequentemente possuem um histórico de baixos valores em autuações pelo IBAMA. No entanto, em contraste, existem casos em que empresas sujeitas a autuações de alto valor também apresentam os níveis mais elevados de divulgação de informações ambientais.

Soares e Stupp (2019) ao analisarem por meio de ferramentas estatísticas, a relação dos indicadores econômico-financeiros e autuações ambientais aplicadas pelo IBAMA com o *disclosure* ambiental, detectou que apenas os indicadores de liquidez geral, grau de endividamento e retorno sobre o ativo apresentaram, embora de forma moderada, uma correlação com o nível de divulgação de informações ambientais. É relevante observar que as autuações não desempenharam um papel significativo na determinação do grau de evidenciação ambiental por parte das empresas.

2.4 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE E EMPRESAS DO SETOR ALIMENTOS PROCESSADOS

As empresas divulgam demonstrações contábeis de natureza econômica, financeira e física relativas às mutações patrimoniais (IUDÍCIBUS, 2021). Para as empresas de capital aberto e de grande porte, aplica-se a Lei nº 11.638 de 2007, esta veio para revogar a Lei nº 6.404/1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações contábeis obrigatórias determinadas são: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração do Resultado do Exercício Abrangente; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração das



Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; e Demonstração do Valor Adicionado. Além da exigência de notas explicativas (BRASIL, 2007).

As demonstrações dispostas na Lei nº 11.638/2007, são de observância obrigatória, contudo, as empresas recorrem de divulgação voluntária para suprir deficiências na informação, dentre as principais modalidades de divulgação voluntária no cenário brasileiro, sobressaem-se o Relatório de Sustentabilidade e o Relato Integrado (RI) (SLEWINSKI *et al*, 2015). Segundo Reis (2017) uma vez que se trata de relatórios de divulgação voluntária, foi observada a carência de uniformidade na nomenclatura utilizada pelas organizações. Essa variação pode sugerir uma diversidade de propósitos e intenções entre as grandes organizações ao comunicarem tais informações aos mercados e à sociedade.

Nos últimos anos, houve um aumento na importância atribuída à integração de informações financeiras, sociais, de desempenho ambiental e sustentabilidade em um único relatório, denominado Relato Integrado, um termo amplamente adotado para essa prática (SLEWINSKI *et al*, 2015). As empresas reconheceram que a informação contábil contemporânea não deve se limitar às questões financeiras tradicionais, mas sim abranger também aspectos gerenciais, sociais e sustentáveis, de forma organizada e coerente (IUDÍCIBUS, 2021).

O relatório de sustentabilidade fornece detalhes sobre os impactos mais relevantes das operações e relações comerciais de uma organização na economia, meio ambiente, pessoas e direitos humanos. Esses impactos desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e são de grande interesse para os *stakeholders* da empresa. (GRI, 2021). Nesse contexto, os reportes de tal teor, das empresas alinhadas ao ESG podem integrar a Carteira ISE, indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido engajamento com a responsabilidade social corporativa e práticas sustentáveis (ISE METODOLOGIA, 2022).

A 18ª edição da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 é composta por um total de 67 ações, representando 67 empresas, as quais abrangem 27 setores econômicos distintos. Em 23 de janeiro de 2023, o conjunto das empresas incluídas na carteira possuía um valor de mercado conjunto avaliado em R\$1,74 trilhão, correspondendo a aproximadamente 41,08% do valor de mercado global das empresas que têm suas ações negociadas na B3 (B3, 2023). No rol das empresas que compõem



a carteira, quatro delas pertencem ao segmento de alimentos processados e estas são: BRF, M. Dias Branco, Marfrig e Minerva (ISE, 2023).

O Brasil ocupa uma posição de destaque na produção e exportação de alimentos, com uma produção anual expressiva de 250 milhões de toneladas, das quais aproximadamente 72% são destinadas ao mercado interno (ABIA, 2023). A indústria de alimentos e bebidas desempenha um papel fundamental ao processar aproximadamente 58% dessa produção, englobando mais de 38 mil empresas. Este setor industrial representa uma parcela significativa da economia brasileira, contribuindo com 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e gerando aproximadamente 1,8 milhão de empregos formais e diretos, o que equivale a 24,3% dos empregos na indústria de transformação (ABIA, 2023).

Além disso, o país se destaca como o segundo maior exportador mundial de alimentos industrializados em termos de volume, atendendo a diversas regulamentações sanitárias e cumprindo uma variedade de padrões de qualidade em 190 nações distintas (ABIA, 2023). A produção de alimentos representa um elemento fundamental em qualquer economia, não apenas devido à sua amplitude e necessidade, mas também devido à interconexão com diversos setores diretamente e indiretamente relacionados, como a agricultura, os serviços e a cadeia de suprimentos, que abrange insumos, aditivos, fertilizantes, agrotóxicos, bens de capital e embalagens (GOUVEIA, 2006).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No tocante aos aspectos metodológicos, o presente estudo classifica-se como uma pesquisa de natureza descritiva, quanto a sua finalidade é aplicada, como procedimento técnico é uma pesquisa documental, cujo método foi dedutivo, tendo como ambiente de pesquisa bibliográfica (MARCONI e LAKATOS, 2021; GIL, 2022; RICHARDSON, 2017; VERGARA, 2016).

A abordagem do problema tratada nesta pesquisa é a qualitativa que engloba a avaliação e interpretação dos dados, a análise da qualidade das informações obtidas, a compreensão das perspectivas dos atores sociais envolvidos e a não necessidade de utilizar medidas quantitativas. Para tanto, seguiu-se o procedimento de análise de conteúdo de Bardin (2016). Essa técnica visa a descrição do material coletado e implica



na organização da análise em três pólos cronológicos: (1) Pré-análise; (2) Exploração do material; e (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Neste viés, realizou-se uma análise das informações apresentadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas pertencentes ao segmento de alimentos processados, as quais integram a 18ª carteira ISE da B3, com intuito de avaliar o grau de alinhamento dessas informações com a Agenda 2030 e os ODS estabelecidos pela ONU. Na etapa inicial, de acordo com o delineamento no Quadro 1, procedeu-se à exploração dos sites de Relação com Investidores (RI) das empresas objeto de estudo.

Nesse contexto, efetuou-se o *download* dos formulários de referência dessas empresas, relativos ao exercício de 2022, dado que a partir de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta empresas listadas na bolsa a indicarem, no item 7.8 o nome do relatório em que divulgam suas atividades socioambientais (CVM, 2010). A execução dessa etapa foi instigada pela identificação da ausência de uniformização na nomenclatura dos relatórios deste teor.

Quadro 1 – Relatório Divulgado Pelas Empresas de Alimentos Processados

Empresa	Formulário de Referência	Item 7.8 - Políticas Socioambientais	Nº Pág.	Nome do Relatório	Nº Pág.	Norma Utilizada
BRF	Versão 16	Pág. 242	594	Relatório Integrado	152	GRI e IIRC
M. DIAS BRANCO	Versão 2	Pág. 138	409	Relatório Anual Integrado	153	GRI
MARFRIG	Versão 10	Pág. 157	396	Relatório de Sustentabilidade	151	GRI
MINERVA	Versão 15	Pág. 166	501	Relatório (Global) de Sustentabilidade	114	GRI; SASB; e TCFD

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O Quadro 1 sumariza elementos essenciais, incluindo o nome das empresas, a versão do formulário de referência analisado, a página com o item 7.8, o nome atribuído pelas empresas ao relatório das atividades socioambientais, o número de páginas desse relatório e a norma utilizada para sua elaboração e estruturação. Os dados presentes no Quadro 1 guiam pesquisadores futuros na construção de um banco de dados para estudos posteriores.

Durante a coleta de dados, observou-se uma divergência quanto à nomenclatura do relatório da empresa Minerva, mencionado no item 7.8 do Formulário de Referência. A empresa declara divulgar um relatório denominado "Relatório Global de



Sustentabilidade", no entanto, não foi possível encontrar um documento com essa exata denominação. Em vez disso, foi identificado um documento com a nomenclatura "Relatório de Sustentabilidade," conforme elucidado no Quadro 1.

Na condução, da segunda etapa, que consiste na exploração do material, para a identificação de quais ODS eram enfocados por cada uma delas, considerando que a priorização, segundo as diretrizes do ISE B3 (2021), diz respeito aos impactos das atividades das empresas sobre os ODS, sem avaliar individualmente a importância atribuída a cada tópico por parte das empresas.

Após a exploração do material, foi realizado o cálculo da proporção de ênfase atribuída a cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelo setor em pauta, bem como identificação das empresas desse segmento que mais se destacaram nessa priorização. Esta fase assinala o início da terceira etapa, voltada para a análise dos resultados. Nesse contexto, o objetivo foi identificar os ODS que receberam maior ênfase por parte do setor em estudo, seguindo a metodologia proposta por Bardin (2016).

De forma resumida, a classificação da pesquisa quanto aos objetivos; finalidade; procedimentos técnicos; método de abordagem; ambiente de pesquisa; e a abordagem do problema, seguem elencadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Resumo quanto às classificações da pesquisa

Critério da classificação da pesquisa	Classificação da Pesquisa
Quanto aos objetivos	Descritiva
Quanto à finalidade	Aplicada
Quanto aos procedimentos técnicos	Documental
Quanto ao método da abordagem	Método dedutivo
Quanto ao ambiente de pesquisa	Bibliográfica
Quanto à abordagem do problema	Qualitativa

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Quadro 2 buscou elucidar de maneira sucinta e precisa os aspectos metodológicos e as categorizações pertinentes a esta pesquisa, resumindo os critérios de classificação utilizados neste estudo e as respectivas classificações adotadas.



4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A finalidade desta seção é realizar a apresentação dos dados coletados, bem como realizar a análise dos resultados da pesquisa. Para tanto, traz-se a análise do conteúdo, conforme delineado por Bardin (2016), dos relatórios anuais das empresas pertencentes ao setor de alimentos processados na 18ª carteira ISE. O primeiro achado desta pesquisa, está em consonância com os trabalhos de Furlan *et al.* (2022) e Reis (2017), na qual identificaram três e oito variações nos títulos dos relatórios de caráter socioambiental, respectivamente. Como já apresentado no Quadro 1, este estudo também observou três alternâncias de nomenclatura de relatório, voltado aos aspectos sociais e ambientais.

No entanto, vale ressaltar que todas essas variações mantêm uma estrutura homogênea de elaboração dos reportes de informação, em conformidade com as Normas GRI. Sendo assim, com intuito de facilitar a compreensão por parte dos leitores deste estudo, diante da ausência de uniformidade na denominação dos relatórios, atribui-se a designação de "Relatório de Sustentabilidade" para essa pesquisa. No âmbito do setor de alimentos processados da 18ª Carteira ISE B3, objeto de análise, o Quadro 3 apresenta as quatro empresas que compõem a amostra, acompanhadas pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que cada uma prioriza.

Quadro 3 - Relação dos ODS Priorizados Pelas Empresas do Setor Alimentos Processados da 18ª Carteira ISE B3

ODS	BRF	M. Dias Branco	Marfrig	Minerva	Percentual
1. Erradicação da pobreza	x	x	x	x	100%
2. Fome zero e agricultura sustentável	x	x	x	x	100%
3. Saúde e Bem-estar	x	x	x	x	100%
4. Educação de qualidade	x	x			50%
5. Igualdade de Gênero	x	x	x		75%
6. Água potável e Saneamento	x	x	x	x	100%
7. Energia Acessível e Limpa	x	x	x	x	100%



8. Trabalho decente e crescimento econômico	x	x	x	x	100%
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	x	x	x	x	100%
10. Redução das desigualdades	x	x	x		75%
11. Cidades e comunidades sustentáveis	x	x	x		75%
12. Consumo e produção responsáveis	x	x	x	x	100%
13. Ação contra a mudança global do clima	x	x	x	x	100%
14. Vida na água	x	x			50%
15. Vida terrestre	x	x	x	x	100%
16. Paz, justiça e instituições eficazes	x	x	x	x	100%
17. Parcerias e meios de implementação		x	x		50%
Percentual	94%	100%	88%	65%	87%

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Destaca-se a marcação sempre que uma empresa menciona algum ODS em seu relatório anual. Após a conclusão da etapa de coleta de dados, foi possível calcular a proporção do material divulgado por cada organização, proporcionando uma visão da frequência mais ou menos comum na divulgação desses objetivos.

Conforme o Quadro 3, entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, as empresas da amostra têm como prioridade máxima, com uma taxa de divulgação de 100%, os seguintes ODS: 1) Erradicação da Pobreza; 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3) Saúde e Bem-Estar; 6) Água Potável e Saneamento; 7) Energia Acessível e Limpa; 8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9) Indústria, Inovação e Infraestrutura; 12) Consumo e Produção Responsáveis; 13) Ação Contra a Mudança Global do Clima; 15) Vida Terrestre; e 16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Em contrapartida, os ODS menos priorizados, com uma taxa de 50%, são: 4) Educação de Qualidade; 14) Vida na Água; e 17) Parcerias e Meios de Implementação. Ou seja, dos 17 ODS, 11 são divulgados por todas as 04 empresas objeto de estudo.

No tocante ao percentual de ODS divulgados por cada empresa, temos que a empresa M. DIAS BRANCO divulga 100% dos ODS, seguida da BRF com 94%; MARFRIG com 88%; e MINERVA com 65%. Isto posto, as firmas do setor de alimentos



processados analisadas declaram uma média de 87% dos ODS. Na seção a seguir, tem-se o intuito de realizar uma discussão e análise dos resultados aqui obtidos.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, objetivou-se conduzir uma análise comparativa da divulgação dos ODS do setor de alimentos processados frente aos demais. Contudo, a falta de disponibilidade dos resultados de divulgação dos ODS da 18ª carteira por parte da ISE B3, impediu a realização de uma comparação e análise abrangente, tanto em termos gerais quanto setoriais e da evolução e manutenção das carteiras.

Vale destacar que a última publicação que retrata tais resultados refere-se a 17ª carteira em uma visão geral. Isso se deve ao fato do período de desenvolvimento da coleta de dados da pesquisa (Novembro de 2023 à Fevereiro de 2024). O Quadro 4 elucida o percentual geral de reporte de ODS carteira mais atualizada que foi divulgada (ISE B3, 2023):

Quadro 4 - ODS divulgados pelas empresas da 17ª carteira ISE B3

ODS	PERCENTUAL GERAL DA 17ª CARTEIRA ISE B3
1. Erradicação da pobreza	30%
2. Fome zero e agricultura sustentável	15%
3. Saúde e Bem-estar	43%
4. Educação de qualidade	48%
5. Igualdade de Gênero	67%
6. Água potável e Saneamento	40%
7. Energia Acessível e Limpa	68%
8. Trabalho decente e crescimento econômico	73%
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	69%
10. Redução das desigualdades	37%
11. Cidades e comunidades sustentáveis	48%
12. Consumo e produção responsáveis	68%
13. Ação contra a mudança global do clima	78%
14. Vida na água	6%
15. Vida terrestre	49%
16. Paz, justiça e instituições eficazes	57%
17. Parcerias e meios de implementação	38%
PERCENTUAL	49%

Fonte: Elaborado pela autora (2023).



Com base na análise do Quadro 3, que apresenta a relação dos ODS divulgados pelas empresas do setor de alimentos processados na 18ª Carteira ISE B3, em confrontação com os ODS divulgados pelas empresas que compõem toda a 17ª Carteira ISE B3 (Quadro 4). Destacam-se algumas observações significativas. Inicialmente, é relevante salientar que a média de divulgação na 17ª carteira alcançou um percentual de 49%, enquanto as empresas do setor de alimentos processados na 18ª carteira apresentaram uma média notavelmente superior, atingindo 87%.

Os cinco ODS mais priorizados pela 17ª carteira foram: 7) Energia Acessível e Limpa (68%); 8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico (73%); 9) Indústria, Inovação e Infraestrutura (69%); 12) Consumo e Produção Responsáveis (68%); e 13) Ação Contra a Mudança Global do Clima (78%). É pertinente ressaltar que todas essas metas alcançaram um percentual de 100% de divulgação por parte das empresas do setor de alimentos processados da 18ª carteira ISE, evidenciando uma convergência notável nos ODS priorizados por ambas as carteiras.

No tocante aos ODS menos priorizados na 17ª carteira, observa-se as seguintes taxas de divulgação: 1) Erradicação da Pobreza (30%); 2) Fome Zero e Agricultura Sustentável (15%); 10) Redução das desigualdades (37%); 14) Vida na Água (6%); e 17) Parcerias e Meios de Implementação (38%). Em contraste, na 18ª carteira, especificamente no setor analisado por este estudo, os ODS 1 e 2 apresentaram uma taxa de divulgação em sua totalidade, enquanto os ODS 10, 14 e 17 registraram o menor percentual de 50%. Percebe-se, assim, uma convergência nos ODS mais priorizados, ao passo que ocorrem divergências nos menos priorizados, destacando-se a relevância dos ODS 1 e 2 para o setor de alimentos processados.

Com o propósito de investigar e lançar luz sobre as possíveis razões que conduziram à priorização desses ODS em detrimento dos demais, elaborou-se o Quadro 5, destacando os ODS com 100% de divulgação por parte do setor de alimentos processados, afim de prover uma compreensão mais detalhada desse panorama.



Quadro 5 - ODS mais priorizados (100% de divulgação)

ODS MAIS PRIORIZADOS (100% DE DIVULGAÇÃO)	
Relevância Setorial	1. Erradicação da pobreza 2. Fome zero e agricultura sustentável 3. Saúde e Bem-estar
Impacto Direto na Produção	6. Água potável e Saneamento 7. Energia Acessível e Limpa 8. Trabalho decente e crescimento econômico 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura 12. Consumo e produção responsáveis 13. Ação contra a mudança global do clima
Impactos ao ambiente	15. Vida terrestre 16. Paz, justiça e instituições eficazes

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os ODS 1, 2 e 3 são pertinentes ao setor de alimentos processados, uma vez que abordam diversas facetas relacionadas à produção, distribuição e consumo de alimentos, bem como aos seus impactos na saúde, na pobreza e no meio ambiente (ONU, 2020; GARRIDO, 2021). Segundo a ONU (2020), a erradicação da pobreza, foco do ODS 1, está diretamente ligada à capacidade do setor em gerar empregos e promover condições dignas de trabalho.

O ODS 2 destaca a importância de uma agricultura sustentável, algo crucial para a cadeia de produção de alimentos processados, que depende de insumos agrícolas. Por fim, o ODS 3, centrado na saúde e bem-estar, abrange a responsabilidade do setor em oferecer alimentos seguros e nutritivos, minimizando impactos negativos na saúde da população. Dessa forma, a interconexão desses objetivos destaca a relevância setorial para as empresas de alimentos processados na busca por desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito aos ODS 6) Água Potável e Saneamento; 7) Energia Acessível e Limpa; 8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9) Indústria, Inovação e Infraestrutura; 12) Consumo e Produção Responsáveis; e 13) Ação Contra a Mudança Global do Clima, conforme o Quadro 5, estes desempenham impactos direto na produção. Tais objetivos estão interconectados e demandam ações



coordenadas e integradas de todos os participantes envolvidos na cadeia de produção de alimentos processados (SUSTENTAREA, 2022).

Algumas medidas possíveis incluem a redução do desperdício de água e energia, aprimoramento da eficiência nos processos industriais, promoção de boas práticas trabalhistas e de segurança alimentar, estímulo à inovação tecnológica e à economia circular, gestão sustentável do manejo da terra, e desenvolvimento de uma lógica agrícola com baixas emissões de gases de efeito estufa, em suma, promover uma produção de alimentos mais sustentável e responsável, que atenda às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras (ONU, 2020; SUSTENTAREA, 2020; SUSTENTAREA, 2022).

No que tange aos impactos ambientais, o ODS 15 tem como objetivo preservar e recuperar ecossistemas terrestres, como florestas e solos, de maneira sustentável. Isso implica combater a desertificação, reverter a degradação do solo e conservar a biodiversidade. Por sua vez, o ODS 16 visa fomentar sociedades pacíficas e inclusivas, garantir acesso à justiça e estabelecer instituições eficazes e responsáveis (ONU, 2020). Conforme observado pela VOLKOVA (2022), as empresas do setor de alimentos enfrentam desafios ambientais, como a poluição resultante do descarte inadequado de resíduos e produtos químicos, que afetam os ecossistemas terrestres. Além disso, é enfatizado o papel das empresas em cultivar relações com comunidades locais onde operam, promovendo justiça e inclusão.

No que concerne à compatibilidade dos achados desta pesquisa com a literatura, percebe-se que o estudo de Furlan *et al.* (2022) são compatíveis. No entanto, os resultados concernentes à priorização dos ODS pelas empresas do segmento de alimentos processados, listadas na 18ª carteira ISE da B3, quando confrontados com as descobertas de Furlan *et al.* (2022), revelam que as empresas da amostra demonstram a divulgação de, no mínimo, 11 ODS. Em comparação com o setor de energia, que evidenciou a divulgação de 5 ODS, esse patamar representa 65% e 29% do total de ODS, respectivamente. Para os ODS que apresentaram uma convergência de divulgação de 100% por parte dos dois setores foram os ODS 7) Energia Acessível e Limpa; 9) Indústria, Inovação e Infraestrutura; e 13) Ação Contra a Mudança Global do Clima.

Adicionalmente, conforme apontado por Furlan *et al.* (2022), emerge a observação de comportamentos sugestivos de maximização de valor, por parte dessas



corporações, as quais se beneficiam de incentivos fiscais específicos. Destacam-se notadamente o Convênio de ICMS 16/15, que confere isenção de ICMS sobre a parcela de energia produzida, este se relaciona ao ODS 7 - Energia Acessível e Limpa.

Na mesma linha de aproveitamento de oportunidades fiscais, a empresa M. Dias Branco, delineia em seu relatório suas iniciativas de patrocínio em atividades culturais e esportivas, das quais se beneficiam através de leis de incentivo fiscal estadual. Através do mecanismo do ICMS estadual, a empresa viabiliza o suporte a uma variedade de projetos nessas áreas. O respaldo fornecido por meio das leis de incentivo fiscal totalizou o montante de R\$ 884,4 mil em investimentos (Relatório Anual Integrado 2022, M. DIAS BRANCO).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu em analisar as informações socioambientais divulgadas pelas empresas do setor de alimentos processados que integram a 18ª carteira ISE da B3, que estão alinhadas com a Agenda 2030 e ODS estabelecidos pela ONU. Com isso, identificou-se 4 empresas dentro do nicho estabelecido, sendo elas: BRF, M. Dias Branco, Marfrig e Minerva.

No levantamento de dados, a pesquisa constatou divergências nos títulos de relatórios socioambientais, confirmando os achados das pesquisas de Furlan *et al.* (2022) e Reis (2017). Enquanto o primeiro identificou três variações, o segundo encontrou oito. Este estudo, por sua vez, revelou três variações. Esse achado de pesquisa corrobora para a literatura que a falta de uniformidade na atribuição de nome ao reporte de informação, pode causar confusão aos *stakeholders* no momento de realizar análise e julgamentos sobre as informações voluntárias divulgadas pela empresa.

No tocante ao resultado obtido da análise dos ODS divulgados pelas empresas estudadas, constatou-se que os ODS amplamente divulgados pelas empresas de alimentos processados, com uma taxa de divulgação de 100%, incluem o ODS 1; 2; 3; 6; 7; 8; 9; 12; 13; 15; e 16. Por outro lado, os ODS menos priorizados, divulgados por metade das empresas, são os ODS 4; 14; e 17. Ou seja, dos 17 ODS, 11 são divulgados por todas as 4 empresas examinadas.



Quanto à divulgação por empresa, observou-se que a M. Dias Branco liderou com uma taxa de 100%, seguida pela BRF com 94%, Marfrig com 88% e Minerva com 65%, resultando em uma média de 87% de divulgação dos ODS pelas empresas do setor. Comparativamente, as empresas do setor de alimentos processados na 18ª carteira do ISE apresentaram uma média de divulgação superior à média da 17ª carteira, que foi de 49%. Os cinco ODS mais divulgados na 17ª carteira também foram totalmente divulgados pelas empresas do setor na 18ª carteira, percebe-se uma convergência nos ODS mais priorizados e divergências nos menos priorizados.

Este estudo com intuito de examinar e esclarecer as possíveis razões que levaram à ênfase desses objetivos, foram levantados os fatores: relevância setorial; impacto direto na produção; e impactos ambientais. A relevância dos ODS 1, 2 e 3 para o setor de alimentos processados desempenham um papel fundamental, pois abordam áreas como a erradicação da pobreza, a promoção da agricultura sustentável e a melhoria da saúde. Esses objetivos ressaltam a relevância estratégica do setor na busca por práticas que promovam o desenvolvimento sustentável em suas diversas dimensões.

Os objetivos 6, 7, 8, 9 e 12 têm impactos diretos na produção de alimentos processados. Esses objetivos estão interligados e demandam ações coordenadas e integradas de todos os envolvidos na cadeia produtiva. Medidas como a diminuição do desperdício de água e energia, melhoria da eficiência nos procedimentos industriais, incentivo a boas práticas de trabalho e segurança alimentar, além do estímulo à inovação tecnológica e à economia circular são cruciais para impulsionar uma produção sustentável e responsável. Quanto aos ODS de impactos ambientais, a promoção de uma produção mais sustentável e responsável requer a implementação de medidas como a redução do desperdício de recursos, o aprimoramento da eficiência industrial e o estímulo à inovação tecnológica e à economia circular, conforme destacado pela ONU.

Posteriormente, foi pauta a compatibilidade dos achados com estudo correlato, os achados de Furlan *et al.* (2022) indicam comportamentos sugestivos de oportunismo de benefícios fiscais por parte das corporações e evidencia a importância das práticas de sustentabilidade no setor. Em correspondência ao aproveitamento deste benefício, as ações da empresa M. Dias Branco, aponta em seu relatório de



sustentabilidade, o emprego de apoios em atividades culturais e esportivas por meio do ICMS Estadual.

Por fim, depreende-se que as empresas, ao contribuírem para os objetivos da Agenda 2030 da ONU, podem também aproveitar incentivos fiscais, o que constitui uma oportunidade para reduzir sua carga tributária. Além disso, ao alinharem-se com práticas de EESG (Econômico, Ambiental, Social e de Governança) estão em conformidade com as expectativas de seus *stakeholders*, o que pode resultar na obtenção de vantagens competitivas.

Este trabalho pode apresentar limitações devido à sua natureza como um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e rigor metodológico, o que pode implicar em uma profundidade teórica restrita. Sugere-se, futuros estudos sejam conduzidos sobre o tema que versem a divulgação de ODS e a existência de relação com *Greenwashing*, assim como também, análises da divulgação de ODS dos demais setores da carteira ISE da B3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIA. Relatório Anual da Associação Brasileira da Indústria De Alimentos. São Paulo. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 26000. Diretrizes de Responsabilidade Social. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Ed. 70: São Paulo, 2016.

BRASIL. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Rio de Janeiro**, v. 21, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 10/09/2023.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração** (São Paulo), v. 48, n. 4, p. 828–842. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). OCPC 9 - Relato Integrado. Brasília, 2021. Site. Disponível em:<<https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes/Orientacao?Id=122>>. Acesso em: 31/07/2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução n. 1.640, de 18 de novembro de 2021. Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o Art. 25 do Decreto-



Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cfc-n-1.640-de-18-de-novembro-de-2021-367541982>. Acesso em: 29/07/2023.

COSENZA, José Paulo. **Breve Panorama Da Contabilidade Socioambiental**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), v. 17, Ed. Especial, p. 101 - p.104, out, 2012

CRISTÓFALO, R. G.; AKAKI, A. S.; ABE, T. C.; MORANO, R. S.; MIRAGLIA, S. G. E. K. Sustentabilidade e o mercado financeiro: estudo do desempenho de empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **REGE-Revista de Gestão**, v. 23, n. 4, p. 286-297, 2016.

CVM. OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2010. Orientações gerais sobre o preenchimento do Formulário de Referência. Rio de Janeiro, 2010.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2012.

ELKINGTON, John. 25 Years Ago I Coined the Phrase “Triple Bottom Line.” Here’s Why It’s Time to Rethink It. 2018. Disponível em: <<https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-why-im-giving-up-on-it>>. Acesso em: 19/08/2023.

FAVARETTO, S. **EESG: o novo ESG**. Disponível em: <https://www.revistari.com.br/241/1600>. Acesso em: 18/08/2023.

FLORES, Eduardo; BRAUNBECK, Guillermo; CARVALHO, Nelson. **Teoria da contabilidade financeira: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Atlas., 2018.

FURLAN, Gabrieli S.; SANTOS, Filipe S.; CORREA, Juliane C; NEUMANN, Marguit. Divulgação dos ODS nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia da 16ª carteira ISE B3. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, v. 11, n. 22, p. 1-22, 24 jul. 2023.

GARRIDO, Anna Luiza Santiago. Alimentação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Convivium*. Rio de Janeiro, 06 dez. 2021. Disponível em:<<https://convivium.gastronomia.ufrj.br/alimentacao-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 28/01/2024.

GIL, Antonio C. Como **Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7ª edição. São Paulo: Atlas. 2022.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. GRI 1: Fundamentos 2021. Amsterdã. 2021. Disponível em:<<https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>>. Acesso em:10/09/2023.

GOUVEIA, Flávia. Indústria de alimentos: no caminho da inovação e de novos produtos. **Inovação Uniemp**, Campinas, v. 2, n. 5, dic. 2006.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael. F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



ISEB3. A Experiência Do ISE Na Agenda 2030 E Os ODS. Disponível em: <<http://iseb3.com.br/a-experiencia-do-ise-na-agenda-2030-e-os-ods>>. Acesso em 29/09/2023.

ISEB3. Carteiras e questionários. Disponível em: <<https://iseb3.com.br/carteiras-e-questionarios>>. Acesso em: 17/09/2023.

ISEB3. Metodologia. Disponível em: <<https://iseb3.com.br/metodologia>>. Acesso em: 10/09/2023.

ISE B3 2022. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/ise-b3-2022.htm>. Acesso em: 20/01/2024.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. Colaboração: Ricardo Pereira Rios. São Paulo, Ed. Atlas, 12^a ed., 2021.

KRAAIJENBRINK, J. **What are Green Swans and why they matter**. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/jeroenkraaijenbrink/2022/03/29/what-are-green-swans-and-why-they-matter/?sh=4fdcfa3c936d>>. Acesso em: 13 out. 2023.

M. DIAS BRANCO. Relatório Anual Integrado 2022. Fortaleza, 2022.

MARCONI, Maria de A., & LAKATOS, Eva. M. 2021. Fundamentos de metodologia científica. (9a ed.), Atlas.

NETO, João A.; ANJOS, Lucas Cardoso dos; JUKEMURA, Pedro K.; et al. **ESG Investing: um novo paradigma de investimentos?** São Paulo: Editora Blucher, 2022.

NIYAMA, Jorge K.; TIBÚRCIO, César A. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ONU - Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 16/08/2023.

ONU. A ONU e o meio ambiente. 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>>. Acesso em: 16/08/2023.

RAMALHO, Ana L. O. S.; OLIVEIRA, Marcelle C. Contribuição das empresas para o atingimento das metas da Agenda 2030: uma análise da divulgação ambiental. 18^o Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo. 2021.

REIS, L. G. Relatórios de Sustentabilidade: uma análise das maiores empresas brasileiras no período 2011-2015 sob a ótica da Teoria Institucional. **XI Congresso Da Anpcont**, v. 1, p. 1-16, 2017.

RIBEIRO, Maisa de S. **Contabilidade Ambiental**. 2^a Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4^a edição. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

SANTOS, Anne Grazielle Costa. Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Porto da Folha – SE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.



SANTOS, Adalto de Oliveira; SILVA, Fernando Benedito da; SOUZA, Synval de; SOUSA, Marcos Francisco Rodrigues de. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 89-99, 2001. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S1519-70772001000300007>>. Acesso em: 23 julho. 2023.

SLEWINSKI, Evelise; GONÇALVES, Marguit Neumann; SANCHES, Simone Leticia Raimundini. Determinantes da divulgação do relatório de sustentabilidade ou do relato integrado das empresas listadas na BM&FBovespa. In: **Congresso Anpcont**. 2015.

SOARES, Bianca B.; STUPP, Diego R. Influência dos indicadores econômico-financeiros e autuações no disclosure ambiental de empresas listadas na B3 e que foram autuadas pelo IBAMA entre 2014 e 2017. XVI Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo. 2019.

SUSTENTAREA. Como os ODS podem contribuir para um sistema alimentar mais justo e sustentável? 2022. Disponível em:<<https://www.fsp.usp.br/sustentarea/2022/05/09/como-os-ods-podem-contribuir-para-um-sistema-alimentar-mais-justo-e-sustentavel/>>. Acesso em: 19/02/2024.

SUSTENTAREA. ODS 13 e a produção de alimentos. 2020. Disponível em:<<https://www.fsp.usp.br/sustentarea/2020/11/10/ods-13-e-a-producao-de-alimentos/>>. Acesso em: 19/02/2024.

TALEB, Nassim. N. The Roots of Unfairness: The Black Swan in Arts and Literature. *Literary Research/Recherche Litteraire*. 2005. Disponível em:<<http://www.fooledbyrandomness.com/ARTE.pdf>>. Acesso em: 29/08/2023.

TEIXEIRA, Evimael Alves; NOSSA, Valcemiro; FUNCHAL, Bruno. O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, p. 29-44, 2011.

USDABRAZIL. Indústria de Alimentos Processados. Disponível em:<<https://usdabrazil.org.br/industria-de-alimentos-processados/>>. Acesso em: 10/10/2023.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**, 16ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

VOLKOVA, Anastasia. Grandes desafios da indústria de alimentos: ser sustentável e rastreável. *Forbes Agro*. São Paulo, 01 maio 2022. Disponível em:<<https://forbes.com.br/forbesagro/2022/05/sustentabilidade-e-rastreabilidade-os-grandes-desafios-da-industria-de-alimentos/>>. Acesso em: 20/02/2024.